



CONTRATO Nº 45/2024

Processo nº 23079.254095/2023-76



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PARA AS UNIDADES (PRÉDIO JMM - JORGE MACHADO MOREIRA E LETRAS) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NO CAMPUS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua Antônio Barros de Castro, 119, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, CEP 21941-853, na cidade do Rio de Janeiro /RJ inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.683/0001-16, neste ato representada pela Pró-Reitora de Gestão e Governança, Sra. Cláudia Ferreira da Cruz, conforme delegação de competência determinada pela Portaria nº 578, de 12 de julho de 2023, do Senhor Reitor, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.214.056/0001-19, sediada na Avenida Luís Carlos Prestes, 410 - Sl. 121, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-055, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Thiago de Carvalho de Araújo, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23079.254095/2023-76 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico de nº. 07/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação para as Unidades (Prédio JMM - Jorge Machado Moreira e Letras) da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Município do Rio de Janeiro no Campus da Cidade Universitária, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtd	Valor Mensal	Valor Anual
1	CATSER 00002519-4 Prestação de Serviço especializado de limpeza - Prédio JMM e Letras	mês	12	R\$ 398.226,66	R\$ 4.778.719,92

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, com início da vigência em 15/12/2024, execução dos serviços a partir de 16/12/2024 e encerramento em 15/12/2025, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. Para a execução do serviço de limpeza de fachadas envidraçadas ou esquadrias externas, aluguel de andaimes e maquinários quando necessário, devendo obrigatoriamente apresentar ao Contratante, por ocasião da execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato, total e qualquer documentação referente à segurança do trabalho e responsabilidade técnica.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 398.226,66 (trezentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), perfazendo o valor total de R\$ 4.778.719,92 (quatro milhões, setecentos e setenta e oito mil setecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice

adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêner.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes; 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade de seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;
 - 11.6.3. e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

- 11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
- 11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) Multa:

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: 15236/153115

15.1.2. Fonte de Recursos: 3050000388

15.1.3. Programa de Trabalho Resumido: 230296

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039

15.1.5. Plano Interno: V0000G01LZN

15.1.6. Nota de Empenho: 2024NE000861

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#).

bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e achado em ordem, o presente Termo de Contrato foi assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas.

Claudia Ferreira da Cruz
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONTRATANTE

Thiago de Carvalho de Araújo
JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA.
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1 -
- 2 -

ANEXO I - JMM

UNIDADES DO PRÉDIO DO JMM - UFRJ

Período:		Mensal											
Carga semanal:		44 (quarenta e quatro) horas - segunda a sexta-feira, com variação no turno para cumprimento das 4 (quatro) horas excedentes											
Característica:		Insalubridade somente para área de banheiro / demais áreas somente com laudo											
		preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	preço por m2	Custo Total (R\$)
Sem Insalubridade		R\$ 3,47	R\$ 2,09	R\$ 0,83	R\$ 5,22	R\$ 0,83		R\$ 5,34	R\$ 0,60	R\$ 0,35	R\$ 1,07	R\$ 1,07	
Com Insalubridade							R\$ 26,74						
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m2)	Área A.2 (m2)	Área A.3 (m2)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)	Área A.7 (m²)	Área B.1 (m2)	Área B.2 (m2)	Área C.1 (m2)	Área C.2 (m2)	
PRÉDIO JORGE MACHADO MOREIRA (JMM) e EBA Pós-Graduação	Diurno	30.046 m²	11.006 m²	m²	1.362 m²	m²	1.087 m²	1.969 m²	401 m²	15.687 m²	12.212 m²	12.212 m²	R\$ 205.817,37
PRÉDIO JORGE MACHADO MOREIRA (JMM) e EBA Pós-Graduação	Vespertino	544 m²	m²	m²	m²	m²	43 m²	537 m²	m²	m²	m²	m²	R\$ 5.905,08
Total da Área		30.590 m²	11.006 m²	m²	1.362 m²	m²	1.130 m²	2.506 m²	401 m²	15.687 m²	12.212 m²	12.212 m²	R\$ 211.722,45
Total Mensal Estimado		R\$ 106.147,30	R\$ 23.002,54	R\$ 0,00	R\$ 7.109,64	R\$ 0,00	R\$ 30.216,20	R\$ 13.382,04	R\$ 240,60	R\$ 5.490,45	R\$ 13.066,84	R\$ 13.066,84	
												Total de m2	87.106 m²

Tipo	Referência	Característica	Índice de produtividade (m2)	Área Física (m2)	Conversão
Interna	A.1	Ordinária	1.200 m²	30.590 m²	0,50000000
	A.2	Salões, Halls e Corredores	2.000 m²	11.006 m²	0,30000000
	A.3	Oficinas	5.000 m²	m²	0,12000000
	A.4	Laboratórios	800 m²	1.362 m²	0,75000000
	A.5	Almoxarifado / Galpão	5.000 m²	m²	0,12000000
	A.6	Banheiros	200 m²	1.130 m²	3,00000000
	A.7	Bibliotecas e Salas de Leitura	1.000 m²	2.506 m²	0,60000000
Externa	B.1	Externa - Calha	7.000 m²	401 m²	0,08571429
Esquadrías	B.2	Externa Pisos e Pavimentos	12.000 m²	15.687 m²	0,05000000
	C.1	Esquadrías Face Interna	380 m²	12.212 m²	
	C.2	Esquadrías Face Externa	380 m²	12.212 m²	
Área Física Total (m²):				87.106 m²	

Horários sugeridos - 44 horas semanais - 8:48 horas diárias com uma hora de almoço (**)

Diurno => segunda a sexta 6h as 15:48h

Vespertino => segunda a sexta 12:12h as 22h

Diurno => segunda a sexta 6h as 15h sábado 8h as 12h

Vespertino => segunda a sexta 13h as 22h sábado 14h as 18h

Base de Cálculo para Esquadrias Face Interna	
Esquadria Servente (1)	
l/Produtividade	0,002631578947
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000223062424
Esquadria Encarregado (2)	
l/(Produtividade*20)	0,000131579
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000011153

Base de Cálculo para Esquadrias Face Externa	
Esquadria Servente (3)	
l/Produtividade	0,002631578947
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000223062424
Esquadria Encarregado (4)	
l/(Produtividade*20)	0,000131579
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000011153

Mão-de-obra - Área Interna (A.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	1.200 m²	RS 5.068,82		RS 0,21	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	1.200 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 3,26	RS 3,47
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	1.200 m²	RS 5.109,96		RS 0,21	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	1.200 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 3,30	RS 3,51

Mão-de-obra - Área Interna (A.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	2.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,13	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	2.000 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 1,96	RS 2,09
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	2.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,13	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	2.000 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 1,98	RS 2,11

Mão-de-obra - Área Interna (A.3)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	5.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,05	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	5.000 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 0,78	RS 0,83
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	5.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,05	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	5.000 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 0,79	RS 0,84

Mão-de-obra - Área Interna (A.4)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	800 m²	RS 5.068,82		RS 0,32	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	800 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 4,90	RS 5,22
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	800 m²	RS 5.109,96		RS 0,32	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	800 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 4,95	RS 5,27

Mão-de-obra - Área Interna (A.5)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	5.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,05	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	5.000 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 0,78	RS 0,83
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	5.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,05	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	5.000 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 0,79	RS 0,84

Mão-de-obra - Área Interna (A.6)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	200 m²	RS 5.068,82		RS 1,27	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sex - Diurno	200 m²	RS 4.816,85	RS 278,00	RS 25,47	RS 26,74
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	200 m²	RS 5.109,96		RS 1,28	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sáb - Diurno	200 m²	RS 4.858,01	RS 278,00	RS 25,68	RS 26,96

Mão-de-obra - Área Interna (A.7)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,25	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 4.816,85	RS 278,00	RS 5,09	RS 5,34
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,26	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 4.858,01	RS 278,00	RS 5,14	RS 5,40

Mão-de-obra - Área Externa (B.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	7.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,04	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	7.000 m²	RS 3.639,96	RS 278,00	RS 0,56	RS 0,60
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	7.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,04	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	7.000 m²	RS 3.681,11	RS 278,00	RS 0,57	RS 0,61

Mão-de-obra - Área Externa (B.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem R\$/m²	Total R\$/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	12.000 m²	R\$ 5.068,82		R\$ 0,02	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	12.000 m²	R\$ 3.639,96	R\$ 278,00	R\$ 0,33	R\$ 0,35
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	12.000 m²	R\$ 5.109,96		R\$ 0,02	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	12.000 m²	R\$ 3.681,11	R\$ 278,00	R\$ 0,33	R\$ 0,35

Mão-de-obra - Área Esquadria Externa (C.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Homem - m2	Servente Lider R\$/m²	Total R\$/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	(2)	R\$ 5.068,82		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sex - Diurno	(1)	R\$ 4.522,67	R\$ 1,01		R\$ 1,07
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	(2)	R\$ 5.109,96		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sáb - Diurno	(1)	R\$ 3.681,11	R\$ 0,82		R\$ 0,88

Mão-de-obra - Área Esquadria Externa (C.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Homem - m2	Servente Lider R\$/m²	Total R\$/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	(4)	R\$ 5.068,82		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sex - Diurno	(3)	R\$ 4.522,67	R\$ 1,01		R\$ 1,07
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	(4)	R\$ 5.109,96		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sáb - Diurno	(3)	R\$ 3.681,11	R\$ 0,82		R\$ 0,88

Conversões de Áreas															
Cálculo do número estimado de funcionários - ITEM 1 - seg a sex 44h															
Cálculo da Área Total Convertida e número de serventes															
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m2)	Área A.2 (m2)	Área A.3 (m2)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)		Área B.1 (m2)	Área B.2 (m2)	Área C.1 (m2)	Área C.2 (m2)	Área Total Convertida	Qtd Serventes Estimada	Qtd Serventes Estimada Banheiro
PRÉDIO JORGE MACHADO MOREIRA (JMM) e EBA Pós-Graduação	Diurno	15.023 m²	3.302 m²	m²	1.022 m²	m²	3.261 m²	1.181 m²	34 m²	784 m²			21.346 m²	36	5
PRÉDIO JORGE MACHADO MOREIRA (JMM) e EBA Pós-Graduação	Vespertino	272 m²	m²	m²	m²	m²	129 m²	322 m²	m²	m²			594 m²	1	1
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
0	0	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²	m²			m²	0	
Calculo Serventes Banheiristas==>							6							37	6

Área Total sem Conversão (m2)	84.600,00
Área Total Convertida (m2)	21.940,00
Número Estimado de Encarregados (1 para cada 20 serventes)	2
Total Por Servente	
Insumos	R\$ 11.953,79 R\$ 278,00

Custo do M2 de área limpa total	R\$ 2,50
Custo Total Mensal	R\$ 211.722,45
Custo Total Anual	R\$ 2.540.669,40
% de Insumos sobre a mão de obra	6%

Total de Serventes 44h de segunda a sexta	37
Total de Serventes 44h de segunda a sexta com insalubridade	6
Total de Encarregados de segunda a sexta	2
Total de Serventes 44h de segunda a sábado	
Total de Serventes 44h de segunda a sábado com insalubridade	
Total de Encarregados de segunda a sábado	
	45

ANEXO II - LETRAS

FACULDADE DE LETRAS

Período:	Mensal						
Carga semanal:	44 (quarenta e quatro) horas - segunda a sexta-feira, com variação no turno para cumprimento das 4 (quatro) horas excedentes						
Característica:	insalubridade somente para área de banheiro / demais áreas somente com laudo						
		preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²
Sem Insalubridade		R\$ 2,12	R\$ 1,41	R\$ 4,23	R\$ 12,09	R\$ 1,38	
Com Insalubridade							R\$ 24
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m²)	Área A.2 (m²)	Área A.3 (m²)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)
FACULDADE DE LETRAS	Diurno	4.341 m²	4.303 m²			5.599 m²	60
FACULDADE DE LETRAS	Vespertino	4.341 m²	m²			5.599 m²	60
Total da Área		8.682 m²	4.303 m²	m²	m²	11.198 m²	1.206
Total Mensal Estimado		R\$ 18.405,84	R\$ 6.067,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.453,24	R\$ 29.64

Período:	Mensal						
Carga semanal:	44 (quarenta e quatro) horas - 8 (oito) horas de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados						
Característica:	insalubridade somente para área de banheiro / demais áreas somente com laudo						
		preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²	preço por m²
Sem Insalubridade		R\$ 2,14	R\$ 1,43	R\$ 4,28	R\$ 12,21	R\$ 1,40	
Com Insalubridade							R\$ 24
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m²)	Área A.2 (m²)	Área A.3 (m²)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)
FACULDADE DE LETRAS	Diurno	13.156 m²	8.606 m²				60
FACULDADE DE LETRAS	Vespertino	4.341 m²	4.303 m²				47
Total da Área		17.497 m²	12.909 m²	m²	m²	m²	1.073
Total Mensal Estimado		R\$ 37.443,58	R\$ 18.459,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.584

Tipo	Referência	Característica	Índice de produtividade (m2)	Área Física (m2)	Conversão
Interna	A.1	Ordinária	2.000 m²	26.179 m²	0,30000000
	A.2	Salões, Halls e Corredores	3.000 m²	17.212 m²	0,20000000
	A.3	Oficinas	1.000 m²	m²	0,60000000
	A.4	Laboratórios	350 m²	m²	1,71428571
	A.5	Almoxarifado / Galpão	3.050 m²	11.198 m²	0,19672131
	A.6	Banheiros	220 m²	2.279 m²	2,72727273
	A.7	Bibliotecas e Salas de Leitura	1.000 m²	3.806 m²	0,60000000
Externa	B.1	Externa	7.400 m²	12.909 m²	0,08108108
	B.2	Externa Pisos e Pavimentos	11.000 m²	5.220 m²	0,05454545
Esquadrias	C.1	Esquadrias Face Interna	380 m²	4.172 m²	
	C.2	Esquadrias Face Externa	380 m²	4.172 m²	
Área Física Total (m²):				87.147 m²	

Horários sugeridos - 44 horas semanais - 8:48 horas diárias com uma hora de almoço (**)
Diurno => segunda a sexta 6h as 15:48h
Vespertino => segunda a sexta 12:12h as 22h
Diurno => segunda a sexta 6h as 15h sábado 8h as 12h
Vespertino => segunda a sexta 13h as 22h sábado 14h as 18h

(**) podendo apresentar variações conforme necessidade do serviço

Base de Cálculo para Esquadrias Face Interna	
Esquadria Servente (1)	
1/Produtividade	0,002631578947
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000223062424
Esquadria Encarregado (2)	
1/(Produtividade*20)	0,000131579
16 horas	16
1/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000011153

Base de Cálculo para Esquadrias Face Externa	
Esquadria Servente (3)	
l/Produtividade	0,002631578947
16 horas	16
l/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000223062424
Esquadria Encarregado (4)	
l/(Produtividade*20)	0,000131579
16 horas	16
l/188,76 horas trab. Mês	0,00529773257
Ki	0,000011153

Mão-de-obra - Área Interna (A.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	2.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,13	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	2.000 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 1,99	RS 2,12
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	2.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,13	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	2.000 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 2,01	RS 2,14

Mão-de-obra - Área Interna (A.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	3.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,08	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	3.000 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 1,33	RS 1,41
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	3.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,09	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	3.000 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 1,34	RS 1,43

Mão-de-obra - Área Interna (A.3)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,25	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 3,98	RS 4,23
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,26	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 4,02	RS 4,28

Mão-de-obra - Área Interna (A.4)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	350 m²	RS 5.068,82		RS 0,72	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	350 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 11,37	RS 12,09
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	350 m²	RS 5.109,96		RS 0,73	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	350 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 11,48	RS 12,21

Mão-de-obra - Área Interna (A.5)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	3.050 m²	RS 5.068,82		RS 0,08	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	3.050 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 1,30	RS 1,38
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	3.050 m²	RS 5.109,96		RS 0,08	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	3.050 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 1,32	RS 1,40

Mão-de-obra - Área Interna (A.6)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	220 m²	RS 5.068,82		RS 1,15	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sex - Diurno	220 m²	RS 4.816,85	RS 338,39	RS 23,43	RS 24,58
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	220 m²	RS 5.109,96		RS 1,16	
Servente com Insalubridade - 44h seg a sáb - Diurno	220 m²	RS 4.858,01	RS 338,39	RS 23,62	RS 24,78

Mão-de-obra - Área Interna (A.7)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,25	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	1.000 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 3,98	RS 4,23
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,26	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	1.000 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 4,02	RS 4,28

Mão-de-obra - Área Externa (B.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	7.400 m²	RS 5.068,82		RS 0,03	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	7.400 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 0,54	RS 0,57
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	7.400 m²	RS 5.109,96		RS 0,03	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	7.400 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 0,54	RS 0,57

Mão-de-obra - Área Externa (B.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Insumo por Homem	Homem RS/m²	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	11.000 m²	RS 5.068,82		RS 0,02	
Servente - 44h seg a sex - Diurno	11.000 m²	RS 3.639,96	RS 338,39	RS 0,36	RS 0,38
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	11.000 m²	RS 5.109,96		RS 0,02	
Servente - 44h seg a sáb - Diurno	11.000 m²	RS 3.681,11	RS 338,39	RS 0,37	RS 0,39

Mão-de-obra - Área Esquadria Externa (C.1)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Homem - m2	Servente Lider RS/m2	Total RS/m²
Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	(2)	RS 5.068,82		RS 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sex - Diurno	(1)	RS 4.522,67	RS 1,01		RS 1,07
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	(2)	RS 5.109,96		RS 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sáb - Diurno	(1)	RS 4.563,82	RS 1,02		RS 1,08

Mão-de-obra - Área Esquadria Externa (C.2)	Produtividade/m²	Preço Homem-mês	Homem - m2	Servente Lider RS/m2	Total RS/m²
--	------------------	-----------------	------------	----------------------	-------------

Encarregado - 44h seg a sex - Diurno	(4)	R\$ 5.068,82		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sex - Diurno	(3)	R\$ 4.522,67	R\$ 1,01		R\$ 1,07
Encarregado - 44h seg a sáb - Diurno	(4)	R\$ 5.109,96		R\$ 0,06	
Limpadores de Vidro - 44h seg a sáb - Diurno	(3)	R\$ 4.563,82	R\$ 1,02		R\$ 1,08

Conversões de Áreas															
Cálculo do número estimado de funcionários - ITEM I - seg a sex 44h															
Cálculo da Área Total Convertida e número de serventes															
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m2)	Área A.2 (m2)	Área A.3 (m2)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)		Área B.1 (m2)	Área B.2 (m2)	Área C.1 (m2)	Área C.2 (m2)	Área Total Convertida	Qtd Serventes Estimada	Qtd Serventes Estimada Banheiro
FACULDADE DE LETRAS	Diurno	1.302 m²	861 m²	m²	m²	1.101 m²	1.645 m²	1.142 m²	698 m²	m²			5.104 m²	9	3
FACULDADE DE LETRAS	Vespertino	1.302 m²	m²	m²	m²	1.101 m²	1.645 m²	1.142 m²	m²	m²			3.545 m²	6	3
														15	6

Conversões de Áreas															
Cálculo do número estimado de funcionários - ITEM I - seg a sex 44h															
Cálculo da Área Total Convertida e número de serventes															
Unidade / Local	Turno	Área A.1 (m2)	Área A.2 (m2)	Área A.3 (m2)	Área A.4 (m²)	Área A.5 (m²)	Área A.6 (m²)		Área B.1 (m2)	Área B.2 (m2)	Área C.1 (m2)	Área C.2 (m2)	Área Total Convertida	Qtd Serventes Estimada	Qtd Serventes Estimada Banheiro
FACULDADE DE LETRAS	Diurno	3.947 m²	1.721 m²	m²	m²	m²	1.645 m²	m²	349 m²	285 m²			6.302 m²	11	3
FACULDADE DE LETRAS	Vespertino	1.302 m²	861 m²	m²	m²	m²	1.282 m²	m²	m²	m²			2.163 m²	4	2
														15	5

Área Total sem Conversão (m2)	40.275,00
Área Total Convertida (m2)	8.649,00
Número Estimado de Encarregados (1 para cada 20 serventes)	2
Total Por Servente	
Insumos	R\$ 7.106,13 R\$ 338,39

Custo do M2 de área limpa total	R\$ 2,42
Custo Total Mensal	R\$ 186.504,21
Custo Total Anual	R\$ 2.238.050,52
% de Insumos sobre a mão de obra	4%

Total de Serventes 44h de segunda a sexta	15
Total de Serventes 44h de segunda a sexta com insalubridade	6
Total de Encarregados de segunda a sexta	1
Total de Serventes 44h de segunda a sábado	15
Total de Serventes 44h de segunda a sábado com insalubridade	5
Total de Encarregados de segunda a sábado	1
	43

ANEXO III - INSUMOS

	INSUMO - LOTE I	UND	QUANTIDADE		VALOR	
			JMM	LETRAS	JMM	LETRAS
S COM FORNECIMENTO MENSAL	ACIDO MURIÁTICO Embalagem c/ L	L	0		R\$ -00	R\$ -00
	ÁGUA SANITÁRIA Embalagem c/ 1L	L	55	40	R\$ 105,05	R\$ 76,40
	ÁLCOOL 46º Embalagem c/ 1L	L	44		R\$ 184,36	R\$ -00
	ÁLCOOL 70º Embalagem c/ 1L	L	0	24	R\$ -00	R\$ 117,12
	CERA LIQ. AMARELA Embalagem c/ 5 litros	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	CERA LIQ. INCOLOR Embalagem c/ 5 litros	UND	44	20	R\$ 417,56	R\$ 189,80
	CERA LIQ. PRETA Embalagem c/ 5 litros.	UND	44		R\$ 443,08	R\$ -00
	CERA PASTOSA (CARNAÚBA) Embalagem c/ 400gr	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	CERA - REMOVEDOR Embalagem c/ 5 litros	UND	44	20	R\$ 837,32	R\$ 380,60
	CERA - SELADOR para PISOS Embalagem c/ 5 litros	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	CERA VERMELHA - Embalagem c/ 750 ml	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	CERA c/ auto brilho 2 em 1: base seladora e acabamento acrílico C/ 5L	UND	0	3	R\$ -00	R\$ 70,41
	CLORO a 12% Embalagem c/ 5 litros	UND	44	8	R\$ 622,60	R\$ 113,20
	CREOLINA 750ml	UND	0	4	R\$ -00	R\$ 32,64
	DESODORIZADOR DE AMBIENTE	UND	40		R\$ 294,80	R\$ -00
	DESINFETANTE Embalagem c/ 5 litros	UND	200	10	R\$ 1.474,00	R\$ 73,70
	DETERGENTE limpador perfumado RM 10 - Embalagem c/ 5l	UND	33	6	R\$ 734,58	R\$ 133,56
	DETERGENTE Embalagem c/ 500ml	UND	33	4	R\$ 34,65	R\$ 4,20
	DETERGENTE Embalagem c/ 5l	UND	33	6	R\$ 278,19	R\$ 50,58
	ESPONJA DE LIMPEZA	UND	44	70	R\$ 20,68	R\$ 32,90
	FLANELA 30 x 40 cm UND.	UND	44	60	R\$ 39,60	R\$ 54,00
	FIBRA P/ LIMPEZA PESADA 10 X 26	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	INSETICIDA AEROSOL (MULTIUSO) Embalagem c/ 300ml	UND	40	14	R\$ 368,80	R\$ 129,08
	LÁ DE AÇO Embalagem c/ 8 UND	UND	6	4	R\$ 7,32	R\$ 4,88
	LIMPA VIDROS Embalagem c/ 500 ml	UND	53	10	R\$ 120,84	R\$ 22,80
	LIMPADOR MULTIUSO emb.500 ml	UND	53	24	R\$ 120,84	R\$ 54,72
	LUSTRA MÓVEL Frasco 200 ml	UND	40	40	R\$ 86,80	R\$ 86,80
	PALHA DE AÇO FINA (fardo)	PCT	6	1	R\$ 6,30	R\$ 1,05
	PANO DE CHÃO alvejado	UND	220	70	R\$ 347,60	R\$ 110,80
	PANO DE PIA	PCT	33	2	R\$ 314,82	R\$ 19,08
	PANO MULTIUSO (pct c/ 5 und)	UND	22		R\$ 34,76	R\$ -00
	PANO MULTIUSO (rolo c/ 600m)	UND	0		R\$ -00	R\$ -00
	PASTA MULTIUSO Embalagem c/ 500g	UND	0	30	R\$ -00	R\$ 101,70
	PASTA PARA LIMPEZA Embalagem c/ 500g	KG	0	20	R\$ -00	R\$ 62,60
	PEDRA SANITÁRIA 20g	UND	143	50	R\$ 181,61	R\$ 63,50
	POLIDOR DE METAIS Embalagem c/ 200 ml	UND	6		R\$ 79,50	R\$ -00

PRODUTO:	QUEROSENE Embalagem c/ 1L	L	6	2		R\$ 56,94	R\$ 18,98
	REMOVEDOR Embalagem c/1L	L	22	2		R\$ 220,44	R\$ 20,04
	REMOVEDOR DE FERRUGEM - Embalagem 200ml	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	REMOVEDOR DE TINTA EM GEL - Bem.c/ 3,6l STRIPTIZI	UND		4		R\$ -00	R\$ 318,00
	SABÃO DE COCO Embalagem c/ 1Kg	KG	11	1		R\$ 169,07	R\$ 15,37
	SABÃO EM BARRA Embalagem c/ 200g	UND	11			R\$ 13,97	R\$ -00
	SABÃO EM PÓ Embalagem c/ 1kg	PCT	6			R\$ 18,42	R\$ -00
	SABÃO PASTOSO Embalagem c/ 500g	UND	11			R\$ 57,75	R\$ -00
	SAPOMÁCEO CREMOSO - Embalagem 300g	UND	11			R\$ 63,58	R\$ -00
	100und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	100und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACO PLÁST. 200 LTS AMARELO - Embalagem c/ 100und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACO PLÁST. 40 LTS PRETO - Embalagem c/ 100und	PCT	33	6		R\$ 243,21	R\$ 44,22
	SACO PLÁST. 60 LTS PRETO - Embalagem c/ 100und	PCT	33	4		R\$ 330,66	R\$ 40,08
	SACO PLÁST. 100 LTS PRETO - Embalagem c/ 100und	PCT	33	8		R\$ 570,24	R\$ 138,24
	SACO PLÁST. 200 LTS PRETO - Embalagem c/ 100und	PCT	33	13		R\$ 850,08	R\$ 334,88
	SACO PLÁST. 300 LTS PRETO - Embalagem c/ 100und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACO PLÁST. 20 LTS VERMELHO - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACO PLÁST. 50 LTS VERMELHO - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACO PLÁST. 100 LTS VERMELHO - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACOS PARA AUTOCLAVAÇÃO DE 5 LTS - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACOS PARA AUTOCLAVAÇÃO DE 10 LTS - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	SACOS PARA AUTOCLAVAÇÃO DE 20 LTS - Embalagem c/ 100 und	PCT	0			R\$ -00	R\$ -00
	Embalagem c/ 5l	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
PRODUTO COM FORNECIMENTO BIMESTRAL	Amônio / Cloreto de Dídecil Dimetilamônio - Lysoform - Embalagem c/ 5l	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	SODA CAUSTICA Embalagem c/ 1 Kg	KG	0			R\$ -00	R\$ -00
	VASELINA Embalagem c/ 1L	L	11	10		R\$ 174,35	R\$ 158,50
	RODO BORRACHA 30CM	UND	22	60		R\$ 45,98	R\$ 125,40
	RODO BORRACHA 60CM	UND	22	60		R\$ 69,30	R\$ 189,00
	REFIL MOP MOLHADO	UND	0	38		R\$ -00	R\$ 159,22
	REFIL MOP SECO	UND	0	40		R\$ -00	R\$ 305,20
	ESCOVA DE NYLON P/ VASO SANITÁRIO	UND	0	20		R\$ -00	R\$ 20,60
	VASSOURA DE PIA	UND	22	10		R\$ 17,60	R\$ 8,00
	VASSOURA PELO 40CM	UND	55	10		R\$ 260,70	R\$ 47,40
	VASSOURA PELO 60CM	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	VASSOURA CERDAS PLÁSTICAS 30CM - MACIA	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	VASSOURA PIAÇAÇA 30CM	UND	22	40		R\$ 98,56	R\$ 179,20
	VASSOURA PIAÇAÇA 40CM	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	VASSOURA PIAÇAÇA 60CM GARI	UND	22	8		R\$ 197,56	R\$ 71,84
PRODUTO COM FORNECIMENTO TRIMESTRAL	BALDE PLÁSTICO 10LT	UND	66	38		R\$ 103,62	R\$ 59,66
	BALDE PLÁSTICO 20LT	UND	0	20		R\$ -00	R\$ 52,60
	DESENTUPIDOR DE PIA	UND	0	10		R\$ -00	R\$ 6,90
	DESENTUPIDOR DE VASO	UND	22	10		R\$ 34,54	R\$ 15,70
	ESCOVA OVAL NYLON	UND	0	30		R\$ -00	R\$ 27,60
	PÁ DE LIXO ZINCO C/ CABO LONGO	UND	44			R\$ 38,28	R\$ -00
	VASSOURA METÁLICA P/ JARDIM	UND	1	10		R\$ 5,99	R\$ 59,90
PRODUTO COM FORNECIMENTO SEMESTRAL	ESPANADOR UND	UND	33	60		R\$ 48,18	R\$ 87,60
	LIXEIRA PEDAL GRANDE 100L	UND	0	40		R\$ -00	R\$ 812,80
	LIXEIRA PEDAL MÉDIA 50L	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	PÁ DE LIXO SEM TAMPA	UND	22	30		R\$ 13,42	R\$ 18,30
	DISCO VERDE PARA ENDERADEIRA INDUSTRIAL	UND	0	15		R\$ -00	R\$ 35,70
	DISCO BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	DISCO PRETO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	BORRIFADOR PLASTICO DE 500ML	UND	0	10		R\$ -00	R\$ 6,20
	VASSOURA DE TETO CABO 170CM	UND	22	40		R\$ 55,00	R\$ 100,00
PRODUTO COM FORNECIMENTO PERMANENTE (vida útil de 5 anos)	ASPIRADOR INDUSTRIAL	UND	7	2		R\$ 61,81	R\$ 17,66
	LAVADORA DE PISO A BATERIA ALFA B70 OU SIMILAR	UND	0	1		R\$ -00	R\$ 530,01
	CARRO CONTENTOR 240L	UND	11	10		R\$ 67,98	R\$ 61,80
	CARRO OPERACIONAL C/ 4 BALDES CORES DISTINTAS	UND	11	10		R\$ 155,43	R\$ 141,30
	COLETOR DE LIXO FINO 50L	UND	11			R\$ 44,66	R\$ -00
	CARRO CONTENTOR 1.000L	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	CARRO ESTRELA C/ RODA DE BORRACHA 200Kg	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	CARRO C/ BALDE ESPREMEDOR - 2 AGUAS MOP	UND	0	30		R\$ -00	R\$ 265,20
	CARRO TIPO PLATAFORMA EM AÇO CAP. 800Kg	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	CONE SINALIZADOR	UND	22			R\$ 15,62	R\$ -00
	ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UND	11	10		R\$ 505,23	R\$ 459,30
	ESCADA DOBRÁVEL DE 2,40M	UND	6			R\$ 41,34	R\$ -00
	ESCADA DOBRÁVEL DE 3,82M	UND	3	1		R\$ 22,80	R\$ 7,60
	ESCADA DE ALUMÍNIO 10 DEGRAUS	UND	0	1		R\$ -00	R\$ 6,46
	ESCADA EXTENSÍVEL DE 23 DEGRAUS	UND	2			R\$ 28,24	R\$ -00
	ESCADA BANQUETA DE ALUMÍNIO 3 DEGRAUS	UND	0	6		R\$ -00	R\$ 8,46
	LAVADORA ALTA PRESSÃO (1.450LB)	UND	3	1		R\$ 36,03	R\$ 12,01
	KIT MOP MOLHADO	UND	17	30		R\$ 15,64	R\$ 27,60
	KIT MOP SECO 60CM	UND	17	30		R\$ 33,15	R\$ 58,50
	MOP LIMPEZA ABRATIVA PARA REFIL DE FIBRA 10 X 26	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	EXTENSÃO ELÉTRICA - 50M	UND	0	3		R\$ -00	R\$ 6,90
	MANGUEIRA DE JARDIM REFORÇADA - 50M 1/2"	UND	0	2		R\$ -00	R\$ 11,28
	KIT UNGER COMPOSTO DE ESFREGAO/RODO/RASPADOR/ESPONJA E BOLSA	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	MAQUINA DE LAVAR ROUPA - CAP. 12KG	UND	0			R\$ -00	R\$ -00
	SINALIZADOR (PISO MOLHADO)	UND	22	50		R\$ 12,76	R\$ 29,00
						R\$ 11.953,79	R\$ 7.106,13
						45 R\$ 265,64	41 R\$ 173,32

ANEXO IV - AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 45/2024

JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.214.056/0001-19, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Thiago de Carvalho de Araújo, AUTORIZA a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes da Dispensa de Licitação - Contratação Direta n. 08/2024:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos

aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte do CONTRATADO, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA. junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso o CONTRATADO não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Thiago de Carvalho de Araújo
JP SERVIÇOS CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA.
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Carvalho de Araujo, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano de Souza do Nascimento, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Ferreira da Cruz, Pró-Reitor(a) de Gestão e Governança**, em 12/12/2024, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Braga Neves, Diretor(a)**, em 12/12/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **4950450** e o código CRC **206715A0**.